

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

GT 09 Pensamento Social no Brasil

Acumulação de Capital na Era Lula e a Crítica da Razão Dualista

Vinicius Gomes Lobo, Universidade Federal de Pernambuco e Ministério do Trabalho; Felipe Vella Pateo, Universidade de Brasília, Ministério do Trabalho.

Introdução

Na *Crítica da Razão Dualista*, Francisco de Oliveira expõe a relação da expansão capitalista vigente a partir dos anos 30 com a política e, a partir dessa exposição, coloca taxa de exploração da força de trabalho como razão econômica fundamental da acumulação no período. Com isso, Oliveira, naquilo que, como diz o próprio título, é o principal objetivo da obra, propõe uma ruptura teórico-metodológica com o paradigma que então dominava a análise da economia brasileira, a teoria cepalina do subdesenvolvimento, defendendo que a política e taxa de exploração do trabalho sejam a base da inteligibilidade da expansão capitalista no país.

A proposta aqui é repassar brevemente a relação exposta por Oliveira entre acumulação/expansão capitalista e política e avaliar se tal relação mantém o mesmo nível de importância para a experiência vivenciada entre 2003 e 2014, período em que a produção capitalista se expandiu com aumento real de salário e queda da desigualdade. Assim, o objetivo deste artigo é tentar avaliar a aderência do enfoque teórico-metodológico aplicado e defendido na *Crítica da Razão Dualista* para a inteligibilidade da expansão econômica que teve lugar durante os dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro da ex-presidente Dilma Rousseff, período que, seguindo a Alexandre de Freitas Barbosa (2014), chamaremos aqui de “Era Lula”¹.

Para tal, o texto divide-se em três partes, além dessa introdução. Na primeira, faz-se uma revisão da análise de Oliveira, tentando deixar claros os fundamentos de seu enfoque teórico-metodológico. Na segunda, a partir da análise de alguns indicadores econômicos e sociais, tenta-se avaliar a correspondência da Era Lula com o enfoque teórico da *Crítica da Razão Dualista*. Para concluir, fazem-se algumas breves considerações finais, que tentam sintetizar as principais constatações do texto.

¹ Em sua classificação, Barbosa defende que a Era Lula “não se refere apenas ao governo Lula, mas a um conjunto de movimentos por ele detonados, os quais geram ações e reações por parte da sociedade, vice-versa” (2014, p.135). O autor não atribui um período à referida era, mas em nossa análise optamos por fazê-lo porque o movimento que em particular aqui se analisa, um determinado padrão de acumulação de capital, ainda que, por escolhas político-econômicas, entre em retração sob a gestão da ex-presidente Dilma, mantém-se predominante ao longo de quase todo o seu primeiro mandato.

A *rationale* (ou a essência) da acumulação na *Crítica da Razão Dualista*

Logo no início da obra, Oliveira deixa muito claro qual o objetivo da mesma, qual seja, “contribuir para uma revisão no modo de pensar a economia brasileira” (OLIVEIRA, 2015, p.29), “renovar a discussão sobre a economia brasileira” (OLIVEIRA, 2015, p. 30), “recapturar o entendimento da problemática latino-americana mediante a utilização de um arsenal teórico e metodológico que esteve encoberto” (Ibidem). Na visão de Guido Mantega:

O objetivo de Oliveira era repensar a economia brasileira, não meramente enquanto um país subdesenvolvido, mas enquanto um modo capitalista de produção [...] Nesse sentido, ele aponta as limitações e ambiguidades da teoria cepalina [...] prefere caracterizar a acumulação com conceitos marxistas, tais como modo de produção, dominação, exploração, mais-valia e demais categorias (MANTEGA, 1997, 58-59).

De fato, a percepção da economia brasileira como um modo de produção capitalista é a *premissa teórico-metodológica básica* da análise feita por Oliveira, e o seu objetivo, na *Crítica*, é apoiar-se nessa premissa para entender a expansão econômica “na etapa em que a industrialização passa a ser o setor-chave” (OLIVEIRA, 2015, p.29), visando, através dessa análise, agregar novos valores à teorização socioeconômica, que, então, era dominada pela visão dualista da teoria do subdesenvolvimento, teoria elaborada pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e que tinha em Celso Furtado, conforme defende o próprio Oliveira, seu principal expoente.

A referida premissa é, portanto, a base da análise através da qual a Oliveira pretende renovar o debate sobre a economia brasileira e é, assim, também, a base da sua caracterização da acumulação, o que, como dito na introdução, é o aspecto da *Crítica* que interessa a este artigo². Deste modo, para entender como funciona a análise do autor na *Crítica* e como se expressa, dentro de tal análise, sua compreensão da acumulação, é preciso ter clareza

² É preciso reforçar que o escopo deste artigo é a forma como Oliveira compreende a acumulação de capital, ficando num segundo plano, aqui, a análise histórico-estrutural apresentada na *Crítica*. Isto é, não se foca, aqui, nas especificidades da economia brasileira e na afinidade funcional de tais especificidades, ao longo do período histórico abarcado, com a acumulação, como, por exemplo, por meio da relação da agricultura de subsistência e da informalidade no setor de serviços com barateamento do custo de reprodução da mão de obra, mas sim na teoria da acumulação, que é a base lógica através da qual se integram todos os elementos histórico-estruturais analisados na obra. Assim, neste trabalho abrange-se apenas, conforme recorte definido pelo próprio Oliveira no *Ornitorrinco* (2015, p.128), o lado “crítico” da *Crítica*, que pertence ao campo marxista, deixando de lado, deste modo, o seu lado “específico”, pertencente, segundo esse mesmo recorte proposto pelo autor, ao campo cepalino.

sobre o que representa essa premissa teórico-metodológica, que, conforme se defende aqui, é básica para o raciocínio presente na obra³.

Antes de qualquer coisa, é preciso destacar que a opção por tal enfoque teórico-metodológico não é fruto de um apego dogmático ou bacharelesco, é resultado da interação do seu pensamento com a história, da forma como Oliveira percebe a história das sociedades latino-americanas e o processo de industrialização em sua reprodução concreta, em sua manifestação real. Interação viva entre realidade e teoria. Para este último, a expansão da economia brasileira é antes de tudo a expansão de um modo capitalista de produção. Conforme está posto na *Crítica*, “a história e o processo da economia brasileira podem ser entendidos, de modo geral, como a da expansão de uma economia capitalista [...] é a tese deste ensaio” (OLIVEIRA, 2015, p.61). Para ele, o “subdesenvolvimento” é antes de qualquer coisa uma formação capitalista (OLIVEIRA, 2015, p.33), e por isso é preciso ter na devida conta as determinações que estão na raiz dessa formação. Oliveira, portanto, na *Crítica*, defende a necessidade de que a economia brasileira seja observada como uma “economia capitalista”, pois, assim, consiste, para ele, o “processo real” (OLIVEIRA, 2015, p.32), e é dessa necessidade primeira, ou poderíamos afirmar dessa necessidade ontológica básica, que surge a necessidade teórica.

Contudo, o que significa dizer que a economia brasileira é uma “econômica capitalista”? Afinal, o que está por detrás de tal conceituação, aparentemente bastante óbvia e geral, cuja defesa aparece como premissa fundamental para a *Crítica*? Oliveira explicita isso no início do terceiro capítulo:

A aceitação de que se trata da expansão de uma economia capitalista decorre do reconhecimento de que o pós-anos 1930 não mudou as relações básicas do sistema do ponto de vista de proprietários e não-proprietários dos meios de produção, isto é, do ponto de vista de compradores e vendedores de força de trabalho; *o sistema continua tendo por base e norte a realização do lucro* [grifo nosso] (OLIVEIRA, 2015, p.61).

A realização do lucro ou da mais-valia é a base e o norte da produção social⁴, é o fim por detrás de todo processo de desenvolvimento ou

³ Além de Mantega (1997), Ridenti (2010), Bello (2006) e Bresser-Pereira (1982) também destacam a centralidade de tal premissa para a análise levada a cabo por Oliveira na *Crítica*.

⁴ “Em qualquer outra forma histórica de Economia são as necessidades de consumo da sociedade que constituem a causa determinante da produção [...] No modo de produção capitalista, as necessidades de consumo da sociedade não constituem, em absoluto, motivo

crescimento econômico desde meados do século XIX, quando a Brasil passou a conectar-se com a expansão do capitalismo industrial na Europa. A expansão da economia brasileira, ao ter por base a realização do lucro, acontece como acumulação capitalista, e, dessa maneira, combina os fatores produtivos disponíveis de acordo com essa base. A lógica da acumulação capitalista, que é a lógica da produção social quando subordinada ao princípio da realização do lucro ou quando “formação capitalista”, é, por conseguinte, o que está por trás da expansão da economia brasileira, logo, é preciso que a análise ou a teoria trabalhe dentro de tal lógica. A expansão da economia brasileira, enquanto expansão de uma economia capitalista, funda-se, portanto, na “necessidade da produção, *verbi gratiae*, da acumulação” (OLIVEIRA, 2015, p. 49).

Assim, a tese defendida por Oliveira, de que a história e o processo da economia brasileira devem ser entendidos como expansão de uma economia capitalista, *significa que é preciso focar nas necessidades ou nos determinantes da acumulação capitalista*, ou melhor, que é a “*rationale da acumulação*” (OLIVEIRA, 2015, p.51) ou as leis da acumulação capitalista o que está no centro da vida econômica nacional.

E é justamente daí, dessa percepção de que a economia brasileira é um modo de produção capitalista e de que, por isso, sua reprodução e expansão regem-se por um regime de acumulação de base capitalístico, que deriva a ruptura da *Crítica* com a teoria do subdesenvolvimento. Para ele, a teoria cepalina havia deixado de lado os determinantes típicos de uma acumulação capitalista em suas análises e, por isso, terminavam por não tratar a economia Brasileira como um modo de produção capitalista, baseado na maximização do lucro. Conforme aponta Oliveira, num texto escrito alguns anos após a *Crítica*:

Não há propriamente uma *teoria da acumulação* na construção teórica do “subdesenvolvimento” [...] e esta é a grande responsável pela incapacidade de entender as articulações reais entre os dois setores [da economia subdesenvolvida, conforme visão da CEPAL, apresentada a seguir] e a forma dialética dessa coexistência. (OLIVEIRA, 2003, p. 17)

A teoria cepalina do subdesenvolvimento, segundo Oliveira, tem como estrutura básica a percepção de uma oposição formal entre dois setores: um

propulsor da produção [...] seu motivo propulsor real: apropriação de mais-valia” (LUXEMBURGO, 1988, p.12-13).

“moderno” que trabalharia com um nível mais elevado de produtividade e regido pelo princípio da maximização, representado pelo setor agroexportador, e um “atrasado”, representado pela agricultura de subsistência, que trabalharia com baixos níveis de produtividade e focado apenas na produção da subsistência de seus membros. Essa estrutura dualista seria um resultado histórico, decorrente da forma de inserção das economias subdesenvolvidas na divisão internacional do trabalho do capitalismo mercantil, em expansão na Europa nos séculos XVI e XVII. Como coloca Oliveira:

Internamente, o setor exportador é o setor “moderno”, que se comporta dinamicamente quando assim o favorece a demanda externa, mas que pela contínua deterioração dos termos de intercâmbio vê roubada uma parte substancial do excedente que produz. Essa ligação-roubo não dá ao setor exportador um papel interno transformador das estruturas econômicas e sociais. Ele se faz “moderno” para o outro setor, o “atrasado”, representado pela larga produção agrícola de subsistência [...] O setor exportador é especializado na produção de algumas poucas mercadorias primárias, que tanto podem ser o café, a carne ou o trigo, ou na produção mineral (caso, sobretudo, do Chile). E tanto ele quanto as cidades devem ser alimentados pela agricultura de subsistência, o setor “atrasado” da economia, que tem dinâmica própria, infensa ao que se passa no setor “moderno”, exportador. Está de pé o “dual-estruturalismo”. (OLIVEIRA, 2003, p. 12-13)

A teoria do subdesenvolvimento cepalina, de acordo com Oliveira, tem o mérito de ter feito uma contextualização histórica das economias latino-americanas, isto é, de ter apontado que a realidade econômica desses países é específica e, por conseguinte, diferente das economias dos países desenvolvidos, que haviam servido de base para toda a teorização econômica (clássica e neoclássica) até então; conforme diz o autor, “O vigor de sua contribuição reside precisamente na tentativa de descobrir a especificidade da formação dessas economias” (OLIVEIRA, 2003, P. 12), contudo, “A estrutura teórica do subdesenvolvimento como *dualidade* é frágil. Apesar dos esforços por historicizar, da recusa à asséptica análise neoclássica [...] o problema não é resolvido teoricamente” (OLIVEIRA, 2003, p.17), pois “As contradições entre o [setor] ‘atrasado’ e o ‘moderno’ não passam do nível de oposições [...] não há realmente relações” (Ibidem). Conforme o autor coloca na *Crítica*:

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída *polarmente* [grifo nosso] em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como

singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, *o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade* [grifo nosso], uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia. (OLIVEIRA, 2015, p. 32)

Oliveira, assim, defende a necessidade de perceber a integração que existe entre os diversos setores da economia subdesenvolvida, pois é assim que se mostra o “processo real”, ou melhor, é assim que se mostra a expansão quando acumulação capitalista, regida pela necessidade de maximização do lucro, o que é o caso do Brasil desde sua integração à expansão do capitalismo europeu. Conforme afirma o próprio autor:

O “subdesenvolvimento” pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em “trânsito”, portanto, para as formas mais avançadas e sedimentadas deste; todavia, uma tal postulação esquece que o “subdesenvolvimento” é precisamente uma “produção” da expansão do capitalismo. Em raríssimos casos – dos quais os mais conspícuos são México e Peru –, trata-se da penetração de modos de produção anteriores, de caráter “asiático”, pelo capitalismo; na grande maioria dos casos, as economias pré-industriais da América Latina foram criadas pela expansão do capitalismo mundial, como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global; em resumo, o “subdesenvolvimento” é uma formação capitalista e não simplesmente histórica (OLIVEIRA, 2015, p.33-34).

Oliveira, portanto, percebe a economia brasileira antes como um modo de produção capitalista do que como um “modo de produção subdesenvolvido” e, por isso, as especificidades ou a estrutura resultante do seu desenvolvimento histórico particular, o que o autor não nega⁵, precisam ser entendidas em articulação com as leis gerais da acumulação capitalista; trata-se, conforme já apontara Marx na *Crítica da Economia Política*, de uma questão de “hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa” (MARX, 1999, p.45). A necessidade de realização do lucro, base de tal acumulação, rompe qualquer fronteira relativa ao uso dos fatores. Como ele diz mais acima

⁵ “Ainda que se rejeite a demanda de ‘especificidade global’ que está implícita na tese do ‘modo de produção desenvolvido’, é evidente que a história e o processo da economia brasileira no pós-anos 1930 contêm alguma ‘especificidade particular’; isto é, a história e o processo da economia brasileira podem ser entendidos, de modo geral, como a da expansão de uma economia capitalista – que é a tese deste ensaio –, mas essa expansão não repete nem reproduz *ipsis litteris* o modelo clássico do capitalismo nos países desenvolvidos, nem a estrutura que é seu resultado” (OLIVEIRA, 2015, p. 61).

o “setor moderno” (regido pelo princípio da maximização) cresce e se alimenta do “atrasado”. Assim, não há oposição ou separação entre setores, uma vez que a produção de uma coletividade passar ter a realização do lucro como princípio fundamental. O moderno pode se utilizar do atrasado desde que seja mais lucrativo. E para esse autor, na *Crítica*, é por isso que não há dualidade na economia brasileira, mas sim diversos níveis de integração e articulação, que se dão no sentido de promover a acumulação das empresas capitalistas.

Oliveira, portanto, reconhece a importância da contextualização histórica feita pela teoria do subdesenvolvimento da CEPAL, pois mostrou que a integração das economias latino-americanas à expansão comercial do capitalismo europeu criou um contexto produtivo específico, estruturalmente diferente das economias desenvolvidas, mas, a partir do reconhecimento de que essa própria integração com o capitalismo europeu introduziu na economia brasileira as leis da acumulação capitalista e, com isso, fez daquela um modo de produção capitalista, rompe com o dual-estruturalismo⁶.

Entretanto, a ruptura com o dualismo, apesar de central para a crítica à teoria do subdesenvolvimento, é apenas resultado ou consequência de uma premissa teórica maior e mais imediatamente relacionada a esse reconhecimento da importância da “*rationale*” da acumulação capitalista, que é o reconhecimento da centralidade do nível político ou das condições políticas para a acumulação capitalista. *É a política, portanto, o que move a acumulação capitalista, é ela a responsável por colocar os fatores e setores em articulação e pelas condições de aferição do lucro; são “aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação”* (OLIVEIRA, 2015, p.33). Para Oliveira, a política é, assim, a base da acumulação capitalista, é ela quem produz e reproduz as condições de realização do lucro. E é por não ver a política atuando como base da acumulação capitalista, que Oliveira afirma, conforme exposto mais acima, que a teoria do subdesenvolvimento não tem uma teoria da acumulação e, por isso, não trata a economia brasileira como um modo de produção capitalista.

⁶ É importante destacar de novo que Oliveira não nega a existência formações pré-capitalistas na economia brasileira, mas a existência isolada ou não integrada das mesmas; conforme Bresser-Pereira, “O caráter pré-capitalista da formação social brasileira anterior não é negado. O que se nega é qualquer contradição entre o Brasil pré-capitalista e o Brasil Capitalista” (BRESSER-PEREIRA, 1982, p.282).

A acumulação capitalista tem, por conseguinte, a política na sua base, essa é a sua lógica interna ou a sua “*rationale*”, logo, é preciso que a análise adote um enfoque metodológico capaz de, não apenas romper com o dualismo, mas de, sobretudo, captar a reprodução e expansão econômica nessa base. Como coloca o autor logo nas primeiras linhas da crítica:

A perspectiva deste trabalho incorpora, como variáveis endógenas, o nível político ou as condições políticas do sistema: conforme o andamento da análise, tratará de demonstrar que as “passagens” de um modelo a outro, de um ciclo a outro, não são inteligíveis economicamente “em si”, em qualquer sistema que revista características de dominação social [...] o “economicismo” das análises que isolam as condições econômicas das políticas é um vício metodológico que anda de par com a recusa em reconhecer-se como ideologia. (OLIVEIRA, 2003, p.30)

Para Oliveira, portanto, a expansão, ou melhor, a transformação estrutural que ocorre após 1930 e que leva a indústria a ser o setor chave para a dinâmica do sistema, é uma problemática política, porque esta é, para ele, a engrenagem da acumulação capitalista. Focar na necessidade da acumulação significa, assim, segundo o autor, focar nas condições políticas do sistema, pois é nessas últimas que repousa a reprodução da primeira.

E, basicamente, pode-se afirmar que autor *decompõe* essa base em dois níveis: *primeiro*, um nível mais eminentemente político ou político-hegemônico, da “articulação interna das forças sociais interessadas” (OLIVEIRA, 2015, p.62), o qual pode caracterizar-se como algo próximo ao que seria o conceito de hegemonia em Lenin, isto é, uma determinada forma de aliança ou sistema de aliança de classes sociais; e, *segundo*, um nível político-econômico, da taxa de exploração social da força de trabalho ou da estrutura interna de dominação da classe trabalhadora, base absoluta da realização do lucro. Vejamos então, de forma resumida, como ele desenvolve a análise da expansão pós anos 1930 a partir desses dois níveis, isto é, como ele desenvolve a análise da referida expansão caracterizando a acumulação a partir de uma base política.

Para Oliveira, a partir da Revolução de 1930, tem início um movimento deliberado de intervenção na economia brasileira, com a finalidade de direcionar o esforço de acumulação para a empresa industrial, desviando-o de sua inclinação natural para a agricultura de exportação (OLIVEIRA, 2015, p.

48). Era preciso destruir as regras do jogo vigentes, segundo as quais a acumulação “naturalmente” se inclinava para as atividades agrário-exportadoras, e criar as condições para a expansão das atividades industriais, ligadas ao mercado interno (OLIVEIRA, 2015, p. 35). Como diz o próprio, trata-se, “em suma, de introduzir um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá substantivamente de uma *realização parcial interna crescente*” (Ibidem). Para o autor, como isso é viabilizado?

Primeiro, é preciso viabilizá-la politicamente, “*do ponto de vista da articulação interna das forças sociais* [grifo nosso] interessadas na reprodução do capital” (OLIVEIRA, 2015, p.62), o que, para o caso brasileiro, segundo Oliveira, “há somente uma questão a ser resolvida: a da substituição das classes proprietárias rurais na cúpula da pirâmide do poder pelas novas classes burguesas empresários industriais” (Ibidem). Isso se dará através de uma aliança de classes – processo que é exposto no terceiro capítulo da *Crítica* –, o que se deu através da *aliança populista*, “um pacto de classes no qual a nascente burguesia industrial usará o apoio das classes trabalhadoras urbanas para liquidar politicamente as antigas classes proprietárias rurais” (OLIVEIRA, 2015, p. 64). A legislação trabalhista e corporativismo sindical são os meios que criam as condições para tal aliança (Ibidem). Oliveira enfatiza que “seu sentido político mais profundo é o de mudar definitivamente a estrutura do poder, passando as novas classes burguesas empresário-industriais à posição de *hegemonia* [grifo nosso]” (OLIVEIRA, 2015, p. 65). Contudo, é importante destacar que, apesar da aliança populista visar à alçada da burguesia industrial a uma posição hegemônica, em detrimento dos proprietários rurais, serão preservadas as condições de reprodução das atividades agrícolas, o que acontece, sobretudo, pela exclusão das relações de produção agrárias da legislação trabalhista (Ibidem), pois tal preservação, em mais de um nível, é funcional à acumulação industrial; Oliveira fala aqui de um “pacto estrutural”.

Assim, a condição política primária para a implantação de novo modelo de acumulação, referente à articulação interna das forças sociais, satisfaz-se através da aliança populista e do pacto estrutural entre a burguesia industrial a agroexportadora. Forma-se, deste modo, a aliança de classes que alçará os industriais ao poder e, assim, os deixará em condições de realizar as

adequações necessárias para tornar rentável a acumulação da empresa urbano-industrial e torná-la a unidade chave do sistema.

E o cerne de tais adequações está no que acima se chamou de *nível político-econômico* da acumulação, isto é, no nível das condições ou da taxa de exploração da força de trabalho. Destacamos a importância da definição desse “nível”, pois é aqui que está dada a base econômica da acumulação para Oliveira, e é aqui onde se concentrará a comparação deste artigo com a expansão econômica da Era Lula. E o autor é muito claro no que se refere a essa definição, para ele é “a taxa de exploração que explica o incremento da acumulação” (OLIVEIRA, 2015, p. 40), e tal taxa “é determinada em função dos salários e dos lucros ou ganhos de produtividade das atividades urbanas” (Ibidem). Em outras palavras, “do ponto de vista da acumulação [...] a relação significativa é a que se estabelece entre salários urbanos e produtividade das atividades urbanas (no caso, indústria)” (Ibidem).

A base econômica da acumulação consiste, portanto, na *Crítica*, na taxa de exploração da força de trabalho, que consiste na razão entre salários e produtividade. É essa razão a “*rationale* da acumulação”, o motor do período de crescimento econômico analisado na obra. É sobre tal base que afirma o autor tratar-se, a expansão econômica pós 1930, de um “processo de expansão capitalista que tem [...] seu dinamismo a intensa exploração da força de trabalho” (OLIVEIRA, 2015, p.59). Na razão entre essas duas variáveis está, por conseguinte, a explicação da expansão econômica no período analisado e é nessa base (alimentando-a) que operarão as especificidades estruturais da economia brasileira.

Foi, por conseguinte, a exploração da força de trabalho ou as velocidades diferenciais de crescimento de salários e produtividade que viabilizaram o redirecionamento da acumulação para o núcleo urbano-industrial (OLIVEIRA, 2015, p. 50), e é partir dessa base que se desenvolve toda a análise histórico-estrutural feita por Oliveira, centrada, sobretudo, em duas dimensões: primeiro, nas especificidades e inter-relações estruturais apontadas pelo autor como funcionais à acumulação, como o papel da agricultura de subsistência no barateamento da remuneração do trabalho e no rebaixamento do custo de produção da força de trabalho, a disponibilidade precoce de tecnologias poupadoras de mão de obra e o papel da informalidade no setor de

serviços (também no custo de reprodução da força de trabalho); e, segundo, na regulação dos preços/fatores exercida pelo Estado, em que os principais fatos são aqueles relacionados à remuneração e ao custo de reprodução da força de trabalho, com destaque para a regulação do trabalho através da legislação trabalhista e as diversas medidas implementadas para diminuir o preço relativo e absoluto do trabalho (como as políticas seletivas de combate à inflação, o arrocho salarial e a repressão à organização coletiva dos trabalhadores), mas também são importantes os subsídios cambiais, financeiros e fiscais dados à acumulação industrial.

Em sua análise, Oliveira demonstra, cronologicamente e sempre com o apoio de dados sobre remuneração do trabalho e distribuição de renda, como a expansão da economia e a industrialização brasileira fundamentaram-se, da Revolução de 1930 até o Regime Militar, na exploração do trabalho. Ao longo desse período, passando pela aceleração dos Anos JK, “os atores atuaram deliberadamente em busca de ampliação e consolidação de estruturas de dominação capazes de propiciar crescimento” (OLIVEIRA, 2015, p. 75). Mudam os focos das políticas econômicas, as fases de implantação e até a estrutura da aliança de classes, que passa do populismo ao autoritarismo, mas a base econômica da expansão/acumulação é a mesma: a taxa de exploração da força de trabalho, ou como afirma o próprio autor: “Difícil é não se tirar a conclusão de que a característica geral do período é a *de aumento da taxa de exploração do trabalho*” (OLIVEIRA, 2015, p. 80).

A *rationale* da acumulação na *Crítica da Razão Dualista* e a Era Lula

Tentou-se mostrar na seção anterior que, na *Crítica*, a taxa de exploração do trabalho, ou a estrutura interna de dominação de classe, é o fundamento econômico da acumulação capitalista. E isso é assim porque, para Oliveira, tal taxa é a base da realização do lucro, ou seja, a base fundamental da geração de mais-valia, que é a finalidade, o objetivo, a substância de todo o processo de produção e acumulação quando capitalista. É sempre com base no grau de exploração da força de trabalho que Oliveira avalia processo de expansão econômica que levou à industrialização brasileira. Há diferentes etapas nesse processo, com diferentes tipos de intervenção estatal e político-econômica, mas o critério em conta é sempre o mesmo, a funcionalidade de

cada intervenção para acumulação é sempre medida a partir de seus efeitos sobre a taxa de exploração da força de trabalho.

Claramente, trata-se aí de uma utilização, por parte de Oliveira, da lei geral da acumulação capitalista de Karl Marx, exposta no capítulo XXIII do livro primeiro do capital. O trecho a seguir expõe tal lei de maneira resumida e, conforme se pode observar, trás os elementos básicos que compõem a interpretação da *Crítica*, centrada na taxa de exploração, como a pressuposição básica do lucro ou da mais-valia e a disposição de capital e força de trabalho, que são as variáveis que determinam a magnitude da razão entre produtividade e remuneração do trabalho: “a acumulação do capital, porém, pressupõe a mais-valia, a mais-valia a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de grandes quantidades de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias” (MARX, 2006, p.827). A tão citada base ou o fundamento econômico da acumulação, na *Crítica*, é, portanto, marxiana.

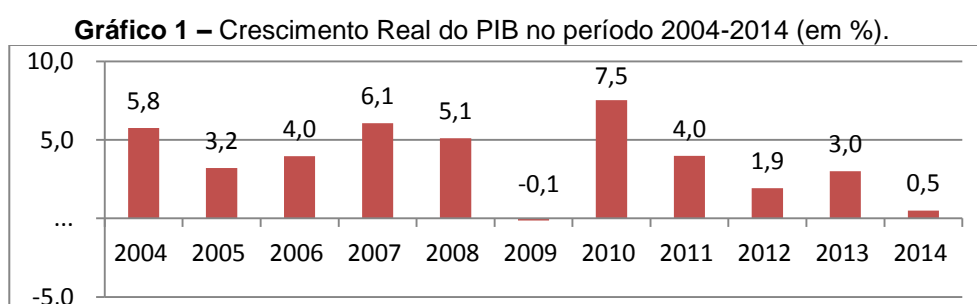
Também se tentou deixar claro que esse entendimento, fundamentado na exploração do trabalho, é parte de uma abordagem que se propõe a enfatizar centralidade da política para a acumulação, e que, além dessa dimensão mais político-econômica, afeita ao aspecto político presente mais diretamente nas relações de produção, enfatiza ainda uma dimensão político-hegemônica, que trata do processo de articulação política para levar uma determinada classe ao poder e, assim, coloca-la em condições de intervir nos determinantes político-econômicos da acumulação.

É preciso destacar que a abordagem analisada, exposta na primeira sessão deste artigo e resumida no parágrafo acima, não representa, na *Crítica*, apenas uma opção ou referencial teórico-metodológico, mas é, também, o seu resultado, enquanto crítica. Ou seja, o resultado almejado pelo trabalho levado a cabo na obra, incluída aí toda análise do processo histórico, é a necessidade de que a acumulação de capital na economia brasileira seja considerada como algo determinado essencialmente pela política, o que estava fora do escopo do pensamento econômico de então, sobretudo aquele influenciado pela teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. É a partir do destaque de tal abordagem que Oliveira espera “contribuir para uma revisão no modo de pensar a economia brasileira” (OLIVEIRA, 2015, p.29), é esse o resultado positivo a que chega o autor na *Crítica*. E isso é confirmado pelo próprio em comentário realizado

alguns anos mais tarde, na introdução de *O ornitorrinco*, quando afirma que o objetivo da *Crítica da Razão Dualista*, enquanto crítica, era o de “mostrar como a articulação das formas econômicas subdesenvolvidas incluía a política, não como externalidade, mas como estruturante” (OLIVEIRA, 2015, p. 128).

Antes de colocar a abordagem em questão em diálogo com o contexto econômico da Era Lula, é preciso fazer uma breve consideração preliminar, a de que o foco, neste artigo, será a dimensão político-econômica da abordagem da *Crítica*. Faz-se isso pela simples razão de que não se dispõe, aqui, de espaço suficiente para se focar nas duas dimensões em que a acumulação é abordada por Oliveira. Vale a pena, contudo, mencionar uma obra, pela coerência do conteúdo apresentado e pelo grau de disseminação atingido, que se considera aqui uma referência para a pesquisa da dimensão “político-hegemônica” da Era Lula, que é *Os sentidos do Lulismo* (2012), de Andre Singer. Nela o autor coloca, de maneira bem ancorada em referências empíricas, que o suporte político-eleitoral dos governos Lula e Dilma, apesar de uma base inicial junto às frações mais escolarizadas e de renda econômica intermediária no sudeste, foi, sobretudo após a repercussão negativa do “mensalão”, dado pelo que ele chama de subproletariado, composto pelos indivíduos da base da pirâmide social, que recebem até dois salários mínimos. As políticas redistributivas, sociais e econômicas, são apontadas como os meios que sustentam tal suporte.

Passa-se então à análise da dimensão político-econômica da acumulação na Era Lula. Entre 2004 e 2014, período abarcado neste artigo, de acordo com o Sistema de Contas Nacionais (SCN) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o produto interno bruto (PIB) se expandiu em média 3,72%. O gráfico (Gráfico 1) abaixo apresenta os percentuais anuais.



Fonte: SCN/IBGE. Elaboração: Própria.

Ao todo, a economia expandiu-se 41% no período, o que é um resultado considerável, haja vista que, nesse período, houve a incidência de duas crises internacionais, a do Lehman-Brothers (2008) e a da dívida soberana dos países do Euro (2011). Tal expansão, obviamente, aconteceu graças à acumulação de capital, isto é, graças ao aumento no volume de fatores de produção aplicados nas empresas, sejam eles bens de capital, bens ou insumos intermediários ou força de trabalho. A não ser quando há estoques ou capacidade ociosa, o que se manifesta, sobretudo, em transições cíclicas, o que não é o caso para o período em questão, não se expande o produto sem se aplicar ou investir uma maior quantidade de fatores no processo de produção. Para gerar um produto adicional, é preciso, portanto, acumular, aplicar mais capital no processo de produção, seja ele fixo ou variável.

A questão que se colocar agora, então, é a seguinte: qual a relação da acumulação de capital que acarretou essa expansão do produto com a taxa de exploração da força de trabalho? Responder a essa pergunta de maneira direta, com o nível de confiança adequado, não é tarefa simples, requereria um profundo trabalho estatístico, capaz de isolar e verificar a correlação das variáveis em questão, para o que não se dispôs, na pesquisa que subsidiou a elaboração deste artigo, nem da estrutura nem do tempo necessário para tal. Far-se-á aqui uma tentativa de aproximação a uma resposta a essa questão, a qual consiste no ponto nevrálgico deste trabalho, o que se leva a cabo mediante uma observação da evolução de alguns indicadores de produtividade e remuneração do trabalho e mediante uma análise da evolução de outras variáveis, como a demanda agregada e seu perfil, que, numa linha interpretativa diferente da adotada por Oliveira, podem estar vinculadas à expansão econômica no período em questão.

Ganhos de produtividade em magnitudes superiores ao crescimento dos salários ocorreram entre 2004 e 2014? Observemos primeiro a evolução da produtividade. Segundo Cavalcante e De Negri (2014a, p.11-12), há duas abordagens nos estudos que analisam a evolução dos indicadores de produtividade na economia brasileira, uma primeira, em que os autores calculam a produtividade total dos fatores (PTF), a qual em “virtude de um conjunto de dificuldades metodológicas – como a ausência de séries consolidadas para o estoque setorial de capital [...] em geral têm um caráter

mais agregado” (CAVALCANTE e DE NEGRI, 2014a, p.12), e uma segunda, em que se calculam indicadores de produtividades parciais, mais particularmente a produtividade do trabalho, o que não possui “algumas das dificuldades metodológicas dos indicadores de PTF, embora tenham limitações importantes” (Ibidem). Trabalhar-se-á aqui, dada a ênfase de Oliveira na taxa de exploração do trabalho, com os indicadores de produtividade do trabalho.

Ainda segundo Cavalcante e De Negri (2014a, p.24), a produtividade do trabalho corresponde ao quociente entre alguma medida de produto e alguma medida de trabalho. Em um estudo recente, Bonelli, com base num indicador obtido com base no quociente entre o PIB e o número de pessoas ocupadas, aponta que houve “uma recuperação na média dos anos 2003-13, depois da (longa) década perdida de 1981-92 e da retomada de 1993-2002” (BONELLI, 2014, p.119), contudo, “o desempenho na última década – a rigor, onze anos, na periodização da tabela – não chega próximo ao das fases anteriores pré-1980” (Ibidem). Segundo esse estudo, a produtividade do trabalho cresceu 2,1% ao ano entre 2003 e 2013 (BONELLI, 2015, p.119). Apesar da recuperação em relação aos anos 1980-90, trata-se de um resultado muito abaixo, é importante destacar, do obtido nos anos 1948-62, de 4,7%, e 1968-73, de 5,7% (ibidem), que consiste no período analisado por Oliveira na *Crítica*.

Gostaríamos de destacar também o estudo de Barbosa Filho e Pessoa (2013), pois trabalham com um indicador obtido a partir do quociente entre o produto e o total de horas trabalhadas, em detrimento do pessoal ocupado. De acordo com tal estudo, a produtividade do trabalho cresceu 1,7% ao ano entre 2002 e 2012 (BARBOSA FILHO e PESSOA, 2013, p.165), nível similar aquele apontado por Bonelli. Outras pesquisas, citadas por Cavalcante e De Negri (2014b, p.35-36), apresentam uma evolução similar dos indicadores de produtividade do trabalho, no período em questão.

Passando à remuneração, o primeiro indicador a se destacar é o rendimento médio real do trabalho, o qual, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), teve crescimento real de 37,5% de 2004 a 2014, crescendo em média 3,75% ao ano (IPEA, 2015, p.27). O salário mínimo, pago aos trabalhadores da base da pirâmide, passou de R\$ 260,00 em 2004 para R\$ 779,79 em 2015, uma valorização real de 72%, com crescimento

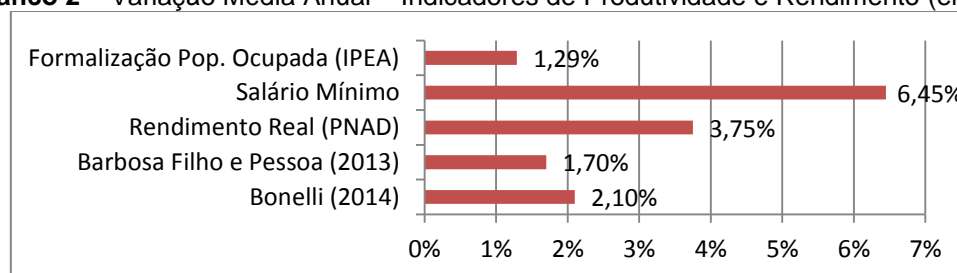
médio de 6,45% ao ano, atingindo, segundo o Banco Central (BACEN, 2015, p.01), seu maior poder de compra desde 1965.

Contudo, para a remuneração da força de trabalho, tão importante quanto a renda e o poder de compra é a formalização do emprego, pois além de garantir benefícios trabalhistas como 13º salário e férias, garante o pagamento das contribuições que dão acesso à seguridade social, como auxílio doença, aposentadoria, etc. A informalidade atingiu, em 2014, segundo indicador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), feito com base na PNAD, o patamar de 39,93%, ante 52,88% em 2004 (IPEA, 2015, p.27). Ainda segundo a PNAD, a cobertura previdenciária da população ocupada passou de 63% para 73%. Tendo se mantido praticamente constante a participação das demais posições na ocupação, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, a participação dos assalariados sem carteira caiu de 21,8% em março de 2003 para 13,4% em março de 2014, ao passo que a dos com carteira salta de 44,8% para 55,1%.

Parece claro, por conseguinte, a partir da evolução dos rendimentos, do poder compra e da formalização da força de trabalho, que houve uma melhora no padrão de remuneração do fator trabalho. A mão de obra, portanto, passou a auferir uma recompensa melhor pelo seu trabalho.

De acordo com os indicadores observados, os ganhos de produtividade aconteceram num ritmo menor que os ganhos reais de salário (Gráfico 2), observando-se, assim, uma tendência oposta ao período analisado na *Crítica*.

Gráfico 2 – Variação Média Anual – Indicadores de Produtividade e Rendimento (em %).



Fonte: IBGE. Elaboração: Própria.

A *acumulação, portanto, na Era Lula*, de acordo com os indicadores apresentados aqui, *parece não haver acontecido pari passu com um aumento na taxa de exploração da força de trabalho*. Estimativas sobre a distribuição funcional de renda, conforme as apresentadas por Bastos (2012) e Neto &

Saboia (2014), confirmam as tendências apresentadas pelos indicadores acima, pois mostram um aumento da participação dos ganhos do trabalho e uma diminuição da participação dos ganhos de capital no período. *Deste modo, com base nos indicadores observados, o enfoque teórico da Crítica parece não ter a mesma importância explicativa para a expansão econômica ocorrida entre 2003 e 2014, mostrando-se, assim, aparentemente, não ser o enfoque mais apropriado para a inteligibilidade político-econômica da Era Lula.*

Como exposto acima, Oliveira afirma na *Crítica* que a teoria do subdesenvolvimento não teria uma teoria da acumulação, contudo, na interpretação dos autores deste artigo, tal afirmação se dá porque os teóricos por ele criticados não assumem a mesma postura que ele em relação à acumulação. Falando aqui mais especificamente de Celso Furtado, que de fato foi o autor em que Oliveira centralizou suas críticas e que é tomado por este último como o principal expoente da CEPAL, a acumulação é analisada a partir de fluxos e determinações relativos à demanda agregada da economia (FURTADO, 2008, p.156) e não a partir da composição e rentabilidade da produção individual, o que não significa que não haja aí uma teoria da acumulação. Na verdade, é bem o contrário, já que a abordagem de Furtado tem forte influência da teoria econômica de John Maynard Keynes, cuja contribuição fundamental ao conhecimento humano foi justamente a de demonstrar a importância da demanda para o emprego e a acumulação.

E é importante destacar que o marxismo teve um papel fundamental no desenvolvimento de uma abordagem da acumulação centrada na demanda⁷, tendo o próprio Marx um papel direto aí, através da sua apresentação, no livro II do *Capital*, do processo de reprodução do capital enquanto totalidade social, o seu famoso esquema dos departamentos. Rosa de Luxemburgo se baseará justamente nessa parte do livro II para elaborar sua obra prima, *A acumulação de Capital*, cujo resultado teórico fundamental é o destaque da demanda agregada como *ponto nevrálgico* da acumulação, e o primeiro que faz essa autora, logo nos primeiros capítulos⁸ da referida obra, é mostrar que a Lei

⁷ O próprio Keynes reconhece isso no prefácio da sua *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1988).

⁸ “Da acumulação do capital individual podemos deduzir, pois quatro aspectos da reprodução ampliada [acumulação]: 1) A extensão da reprodução ampliada independe, dentro de certos limites, do crescimento do capital, podendo excedê-lo. Os métodos que conduzem a ela são:

Geral da Acumulação, exposta por Marx no livro I do *Capital* – que é onde se fundamenta a abordagem de Oliveira, aplica-se apenas do ponto de vista do capitalista individual, ou microeconômico (se nos permitem aqui uma boa dose de anacronismo), não podendo assim ser a base do entendimento da acumulação a partir um ponto de vista do “capital social total”, ou macroeconômico. Michael Kalecki, que, para muitos, é tão importante quanto Keynes no destaque e fundamentação da importância da demanda agregada para a acumulação capitalista, desenvolve seu trabalho com base na teoria da reprodução do capital social total apresentada por Marx no Livro II do *Capital*⁹.

Para nós, o comportamento da demanda agregada esta no cerne da inteligibilidade da acumulação na Era Lula, e a proposição fundamental para se compreender a acumulação de capital no período é a seguinte:

A variação do volume da demanda global e a variação de sua composição condicionam a composição da oferta e, portanto, a escolha da combinação produtiva dos fatores envolvidas na inversão e, em consequência, a produtividade média global e o nível de emprego. (FURTADO e SOUSA, 1970, p.475)

Conforme apontam diversos estudos e indicadores, apesar de um estímulo do setor exportador entre 2003 e 2005, o principal componente do crescimento econômico da Era Lula foi o aumento do consumo das famílias. Concorde-se aqui, portanto, com Medeiros quando ele afirma que “o ciclo de crescimento da última década baseou-se, em particular, em forte expansão do consumo das famílias” (MEDEIROS, 2015, p.74). E essa variação no volume da demanda agregada, resultou, sobretudo, de um aumento do consumo das classes da metade de baixo da pirâmide social, tendo, assim, tal variação, um perfil

elevação do nível de exploração da força de trabalho e das forças naturais, bem como aumento da produtividade do trabalho (incluído nesta última o aumento da eficácia do capital fixo). 2) Ponto de partida de toda acumulação real é a divisão da parcela de mais-valia capitalizável em capital constante e capital variável. 3) A acumulação como processo social é acompanhada de uma alteração contínua na vazão entre capital constante e capital variável, em que a parte de capital investida em meios de produção inanimados cresce incessantemente em relação à parte investida em salários. 4) Outra manifestação secundária e condição do processo de acumulação é a formação do contingente de reserva industrial. *A caracterização desses elementos a partir do movimento de reprodução do capital individual já constitui, por si só, um passo enorme em relação à análise da Economia burguesa. Restava agora configurar a acumulação do capital total a partir do movimento do capital individual [...] Aqui entra, pois, em consideração a composição concreta do produto social total [...] Sem voltar a se ocupar com essa questão apresentado no Livro I de Das Kapital, Marx só retoma o problema no fim do Livro II de sua obra fundamental. O capítulo XXI, que é o último, é dedicado à acumulação e à reprodução ampliada do capital total [grifo nosso]* (LUXEMBURGO, 1988, p. 62-63).

⁹ Sobre a demanda agregada na tradição marxista cf. *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva* (2004), de Jorge Miglioli.

particular, centrado em bens e serviços de consumo de massa, perfil este que, por sua vez, estimulou uma composição orgânica particular de oferta, marcada por uma elevada participação relativa do fator trabalho.

Esse aumento da demanda decorreu de uma série de políticas públicas, sociais e econômicas, cujo resultado foi um amplo processo de distribuição de renda¹⁰, um processo que se baseou em três vetores: “a redução da pobreza, a elevação do salário mínimo real e o aumento e composição do emprego formal” (MEDEIROS, 2015, p.63). Esses vetores, aliados à expansão do crédito e ao controle da inflação, contribuiu para a expansão e diversificação do consumo interno, o que levou à expansão da produção e comercialização doméstica de serviços e bens de consumo de massa, o que, por sua vez, fomentou a geração da maior parte da acumulação que gerou os quase 20 milhões de empregos que levaram ao forte aumento da procura por mão de obra. Com as políticas aplicadas, a distribuição de renda e a diversificação do consumo demonstraram, como defendia Furtado (FURTADO, 1983, p. 153), a sua significação para a ordem econômica subdesenvolvida, promovendo um perfil expansão capitalista capaz de potencializar a demanda do fator trabalho e melhorar a sua remuneração.

O perfil da demanda, portanto, determina a composição das combinações produtivas das novas inversões (FURTADO e SOUSA, 1970, p.478). O perfil da demanda da economia brasileira, ao longo do século XX, conforme aponta o próprio Oliveira no quinto capítulo da *Crítica*, esteve muito vinculado à procura das classes mais altas, o que fez com que o fluxo de renda aplicado no abastecimento dessa demanda direcionasse-se à importação de produtos e à adoção interna de combinações produtivas altamente capitalizadas e poupadoras de mão de obra. O acesso das classes menos favorecidas a uma maior renda monetária estimulou a procura e o comércio de serviços e bens de consumo de massa, cuja oferta é essencialmente doméstica e marcada, sobretudo no setor de serviços e no comércio, por um baixo nível de capitalização e alta participação do fator trabalho. A evolução do perfil da demanda no período estimulou, portanto, a procura por força de trabalho, o levou a uma melhoria na sua remuneração, conforme visto acima.

¹⁰ Ver Neri (2014).

Em suma, estamos falando aqui, claramente, de um modelo de acumulação estimulado pela demanda – demand push¹¹. Foi, portanto, a combinação sistêmica do crescimento da demanda e do perfil de sua evolução, associado a serviços e bens de consumo de massa, o que, na visão dos autores deste artigo, fundamentou a acumulação vivida durante a Era Lula, modelo este que acelerou a absorção de mão de obra e colocou o nível de emprego em patamares inéditos para nossa história recente.

Considerações Finais

Segundo os indicadores observados e de acordo com a interpretação expressa acima sobre o enfoque teórico-metodológico adotado por Oliveira na *Crítica da Razão Dualista*, a abordagem da acumulação da *Crítica* parece não ter a mesma importância explicativa para a expansão econômica ocorrida entre 2003 e 2014, ao menos em sua dimensão político-econômica. No que se refere ao que acima se chamou de “dimensão político-hegemônica” da acumulação, apesar de não ser o foco principal deste trabalho, parece-nos que a abordagem da *Crítica* é central não só para a Era Lula, mas para toda a história econômica do nosso país; os acontecimentos e o contexto posterior às eleições de 2014 explicitam isso de maneira cabal.

Nas últimas páginas da *Crítica*, Oliveira afirma que um dos fatores que poderiam se opor à tendência concentracionista do sistema capitalista no Brasil seria “a escassez de trabalho, o que conduziria à elevação dos salários reais” (OLIVEIRA, 2015, p.111), contudo, isso seria algo que estaria fora do horizonte primeiro, porque depende da organização da classe trabalhadora, da possibilidade de que “*politicamente*, possam fazer-se ouvir e respeitar” (OLIVEIRA, 2015, p.112), o que estava fora do horizonte na escalada autoritária do regime militar nos início anos 1970, e porque, devido ao ritmo corrente de natalidade e crescimento da oferta de mão de obra nas atividades urbanas e à disponibilidade de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, a reserva de mão de obra parecia tender a crescer exponencialmente. Assim, “do ponto de vista estritamente da relação acumulação-escassez de força de trabalho, o sistema não encontrou ainda seu limite” (Ibidem). O que nos parece

¹¹ Para maiores detalhes sobre a economia da Era Lula e seu modelo de acumulação, Cf. Lobo (2014), *Dois Dogmas do Lulismo*, ou Lobo & Greer (2017), *O primeiro governo Dilma e a retração do Lulismo*.

é que a experiência econômica da Era Lula, num contexto de democracia e como resultado de um processo de organização da classe trabalhadora em torno do Partido dos Trabalhadores, com o seu conjunto de políticas sociais e econômicas, e num momento de arrefecimento do bônus demográfico, pela primeira vez, nos aproximou desse limite. Um modelo que, baseado, sobretudo na distribuição de renda e no consumo das classes da base da pirâmide, logrou estimular a escassez do trabalho ao ponto de se elevar o seu padrão de remuneração.

A necessidade de compreender mais a fundo o processo de acumulação vivenciado na Era Lula, mais especificamente o seus resultados em nível de remuneração da força de trabalho, e sua relação com as políticas públicas implementadas parece ser a grande conclusão deste artigo.

Referências Bibliográficas

BASTOS, E. K. X. Distribuição funcional da renda no Brasil: estimativas anuais e construção de uma série trimestral. Texto para Discussão, IPEA, n. 1702, p. 1-42, 2012.

BARBOSA, A. “Era Lula”, “Desenvolvimentismo” e as desigualdades estruturais. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, São Paulo, n. 58, p. 135-136, jun. 2014.

BARBOSA FILHO, F. H.; PESSÔA, S. A. Pessoal Ocupado e Jornada de Trabalho: uma releitura da evolução da produtividade no Brasil. FGV, IBRE, Texto para Discussão nº 35, nov. 2013.

BELLO, C. A. A originalidade da Economia política de Francisco de Oliveira. *PESQUISA & DEBATE*, SP, volume 17, número 1 (29) pp. 67-78, 2006.

BONELLI, R. Produtividade e Armadilha do Lento Crescimento. In: CAVALCANTE, L. R.; DE NEGRI, F. (Org.). *Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes*. Brasília: ABDI; IPEA, v. I, 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Seis interpretações sobre o Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 1982, p 269-306.

CAVALCANTE, L. R.; DE NEGRI, F. Produtividade no Brasil: uma análise do período recente. Texto para Discussão, IPEA, n. 1955, p. 1-46, 2014.

CAVALCANTE, L. R.; DE NEGRI, F. Evolução Recente dos indicadores de produtividade no Brasil. In: CAVALCANTE, L. R.; DE NEGRI, F. (Org.). *Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes*. Brasília: ABDI; IPEA, v. I, 2014.

FURTADO, C.; SOUSA, A. Los Perfiles de la Demanda y de La Inversión. Trimestre Económico, v. 37, n. 147, p. 463-487, jul./set. 1970.

IPEA. PNAD 2014 – breves análises. Nota Técnica, n. 22, p. 1-49, 2015.

KEYNES, J. M. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

HALLAK NETO, J.; SABOIA, J. Distribuição funcional da renda no Brasil: análise dos resultados recentes e estimação da conta da renda. Economia Aplicada, v. 18, n.3, jul/set, 2014.

LOBO, V. Dois Dogmas do Lulismo. In: Política e Sociedade, v. 12, n. 26, 133-161, jan/abril, 2014.

LOBO, V.; GREER, V. O primeiro governo Dilma e a retração do Lulismo. Cadernos do Desenvolvimento, v. 12, n. 20, 61-97, jan/jun, 2017.

MANTEGA, Guido. Trajetória das ideias econômicas no Brasil. Série Relatórios de Pesquisa NPP. São Paulo., v. 24, 1999, 67 p.

MARX, K. O Capital. Livro 1: O processo de produção capitalista. 28.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MEDEIROS, C. A. Inserção Externa, Crescimento e Padrões de Consumo na Economia Brasileira. Brasília: IPEA, 2015.

MIGLIOLI, J. Acumulação de Capital e Demanda Efetiva. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

NERI, M. A Classe Média. In: Assuntos Estratégicos: Social e Renda. Brasília: SAE, 2014.

OLIVEIRA. Francisco. A navegação venturosa: *Ensaio sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA. Francisco. Crítica à Razão Dualista/O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2015.

RIDENTI, M. Vinte anos após a queda do muro: a reencarnação do desenvolvimento no Brasil. *REVISTA USP*, São Paulo, n.84, p. 50-57, dezembro/fevereiro, 2010.

